



ReLePe

II Jornadas Latinoamericanas de Estudios Epistemológicos en Política Educativa

18, 19 e 20 de agosto de 2014 - Curitiba - Paraná - Brasil

PESQUISA EM POLÍTICA EDUCACIONAL E DISCURSO: TECENDO APROXIMAÇÕES¹

INVESTIGACIÓN EN LA POLÍTICA EDUCATIVA Y DISCURSO: TEJIENDO APROXIMACIONES

RESEARCH IN EDUCATIONAL POLICY AND SPEECH: SEEKING APPROXIMATION

Luciana Rosa Marques
Fundação Joaquim Nabuco - Brasil
Universidade Federal de Pernambuco - Brasil
Email: lmarques66@gmail.com

Edson Francisco de Andrade
Universidade Federal de Pernambuco - Brasil
Email: edsonprofessor@uol.com.br

Eixo temático 2: Debates, enfoques e perspectivas epistemológicas da política educacional

Resumo: Este texto busca refletir sobre as contribuições de duas perspectivas de análise discursiva ao estudo das políticas educacionais: a Teoria do Discurso e a Análise Crítica do Discurso. Parte da perspectiva cognitivista de políticas públicas que considera sua dimensão ideológica, procurando identificar nas perspectivas discursivas apresentadas como se dá a produção de sentido e as lutas por hegemonia. Propõem, assim, ampliar o campo "político" no estudo das políticas educacionais, na medida em que defende o estudo da política educacional em uma perspectiva discursiva, na qual busca-se analisar as lutas hegemônicas que resultam das disputas pela fixação de sentidos no campo da política educacional.

Palavras-chave: Política Educacional. Teoria do Discurso. Análise Crítica do Discurso.

Resumen: Este texto tiene como objetivo reflexionar sobre las contribuciones de dos perspectivas del análisis del discurso en el estudio de la política educativa: la Teoría del Discurso y el Análisis Crítico del Discurso. Se parte de la perspectiva cognitivista de la política que considera su dimensión ideológica, buscando identificar en las perspectivas discursivas presentadas cómo es la producción de sentido y de las luchas por la hegemonía. Proponer, por lo tanto, ampliar el campo "político" en el estudio de las políticas educativas, en la medida en que se defiende el estudio de la política educativa en una perspectiva discursiva, en la que se busca analizar las luchas hegemónicas que resultan de los conflictos por la fijación de sentidos en el campo de la política educativa.

Palabras clave: Política Educativa. Teoría del Discurso. Análisis Crítico del Discurso.

¹ Apoio CNPQ e FACEPE.



Abstract: This text aims to reflect on the contributions of two perspectives of discourse analysis to the study of educational policy: a Discourse Theory and Critical Discourse Analysis. Part of the cognitive public policy perspective that considers its ideological dimension, seeking to identify the discursive perspectives presented how is the production of meaning and the struggles for hegemony. Propose, therefore, to extend the "political" field in the study of educational policies, to the extent that advocates the study of educational policy in a discursive perspective, in which we seek to analyze the hegemonic struggles that result from disputes by setting directions in the field of educational policy.

Keywords: Educational policy. Discourse Theory. Critical Discourse Analysis.

Introdução

As políticas públicas, nas quais as políticas educacionais se inserem, podem ser analisadas na perspectiva da esfera política (*polity*), da atividade política (*politics*) ou da ação pública (*policy/policies*). Independentemente da perspectiva a ser analisada, o estudioso da política pública deve ter em mente que toda ela busca um fim a ser atingido, que pode estar dado de forma clara ou não.

Muller e Surel (2002), autores que se associam à abordagem cognitiva das políticas, consideram a importância de se analisar o seu referencial normativo para melhor apreende-las. Nos seus construtos, este referencial é composto por três dimensões: a dimensão cognitiva que é constituída pelos conhecimentos existentes a respeito do problema a ser solucionado, suas possíveis soluções e os valores implicados nas escolhas concernentes. A dimensão instrumental, representada pelos mecanismos e instrumentos por meio dos quais a solução escolhida será implementada, e a dimensão normativa que compreende os critérios, normas e procedimentos que devem ou deveriam regular as ações e que, em certa medida, faz a ponte ou ligação entre as duas primeiras dimensões. Segundo eles,

[...] para que uma política pública 'exista' é preciso que as diferentes declarações e/ou decisões sejam reunidas por um quadro geral de ação que funcione como uma *estrutura de sentido*, ou seja, que mobilize elementos de valor e de conhecimento, assim como instrumentos de ação particulares, com o fim de realizar objetivos construídos pelas trocas entre os atores públicos e privados (MULLER; SUREL, 2002, p. 17, grifos dos autores).



Assim, nesta perspectiva de análise, o pesquisador deveria trabalhar na direção do exame das lógicas da ação e das lógicas de sentidos no processo de elaboração e implementação de políticas públicas. Desta forma, o analista deve levar em conta tanto as intenções dos fazedores da política quanto os processos de construção de sentidos ao longo do desenvolvimento da ação pública.

A abordagem cognitiva, portanto, ao privilegiar a apreensão dos sentidos implicados no referencial das políticas públicas, não é incompatível com abordagens que as considerem como discursos. É nesta direção que Ball (1994, p.21) sugere que se deveria compreender como a política “exercita o poder pela produção da ‘verdade’ e do ‘conhecimento’ como discursos”. Baseando-se nestas sugestões, Lopes e Macedo (2011, p. 261), afirmam que:

As políticas são também discursos, ou seja, práticas que constituem os objetos de que falam, que estabelecem as regras do jogo em que se dão as lutas por significados. Todos os contextos de produção da política são, portanto, atravessado por discursos que constroem (e permitem a construção) de certos textos.

Tomando por base estas considerações iniciais, pretendemos, neste texto, refletir sobre as possíveis contribuições da Teoria do Discurso e da Análise Crítica do Discurso para a investigação de políticas educacionais. Acreditamos que estas estratégias intelectuais podem trazer contribuições importantes a esta área do conhecimento, tendo como referência a ideia de que o discurso pode

[...] ser objeto de lutas pelo poder, ou seja, pelo controle da enunciação, envolvendo a concepção e implementação de táticas, estratégias, repertórios de ação, gestualidade, ritualização, etc. que são parte integrantes das formações discursivas como lugares de hegemonia. O discurso é uma prática na qual se constituem instituições, procedimentos, comportamentos; delimitam-se esferas de competência ou jurisdição; disputam-se posições de enunciação que são também lugares de disciplinamento ou controle de feixes de práticas sociais (ou, visto de outra ótica, lugares de capacitação para manter ou transformar a ordem vigente – num dado campo social, numa dada formação social, num dado período histórico). Assim, nunca se está só com as palavras, falas, intenções manifestas ou veladas. Simplesmente, não há ação social sem significação, mas toda significação social está inscrita – ainda que nunca plena ou definitivamente – num discurso (BURITY, 2010, p.11).



Assim, a analisar a política educacional em uma perspectiva discursiva, mais do que nos ajudar a desvelar os seus sentidos, pode contribuir com a compreensão das práticas que materializam a política, que podem ou não (re) significá-la.

A teoria do discurso e o estudo da política educacional

O crescimento do interesse pela análise do discurso é, ao mesmo tempo, consequência e manifestação da “*virada lingüística*”, precipitada por críticas ao positivismo, pelo prodigioso impacto de idéias estruturalistas e pós-estruturalistas e pelos ataques pós-modernistas à epistemologia. Sua origem como crítica à ciência social tradicional significa que ela possui uma base epistemológica diferenciada das outras metodologias, o que é denominado construcionismo social, construtivismo ou construcionismo. Mesmo existindo diferentes abordagens de análise do discurso, todas partilham da rejeição da noção realista de que a linguagem é um meio neutro de refletir ou descrever o mundo e da convicção na importância central do discurso, que é uma forma de ação no mundo, na realidade social que ele constrói.

Segundo Bauer e Gaskell (2002, p.245), embora sem haver uma definição única do termo, suas características são:

1. Postura crítica em relação ao conhecimento dado, aceito sem discussão e ceticismo quanto à visão de que nossas observações do mundo nos revelam sua natureza autêntica;
2. Reconhecimento de que nossas maneiras de compreender o mundo são históricas e culturalmente específicas e relativas;
3. A convicção de que o conhecimento é socialmente construído: nossas maneiras de compreender o mundo são determinadas não pela natureza do mundo em si mesmo, mas pelos processos sociais;
4. O compromisso de explorar as maneiras como os conhecimentos (construção social de pessoas, fenômenos ou problemas) estão ligados às ações / práticas.



Embora com muitas proximidades, tanto conceituais como metodológicas, Teoria do Discurso (TD) e Análise do Discurso (AD) não são exatamente uma mesma estratégia intelectual.

A TD trabalha a dimensão da linguagem na análise de objetos empíricos pela sua inscrição numa problemática clara de implicação política e ontológica [...] enquanto a AD – embora não seja um ramo da lingüística – pode ser inteiramente realizada no âmbito desta [...] sem maiores pretensões de fazer intervir hipóteses sobre como se constituem e transformam o social ou os atores sociais, ou de **explicar o social a partir do discurso**. A despeito de haver muitas definições de discurso na AD, é importante admitir uma importante diferença entre estas e a TD [...] trata-se da **rejeição que a TD faz da distinção entre discursivo e extra-discursivo** e de sua definição formal de discurso que transcende o domínio da linguagem tal como trabalhada na lingüística e pressuposta como um dado empírico pelo *mainstream* das ciências sociais. (BURITY, 2007, p. 74-75, grifo nosso).

A Teoria do Discurso trabalha na perspectiva de uma análise política sustentada em uma concepção pós estruturalista da sociedade, do caráter ontológico do político, um olhar discursivo da concepção gramsciniana de hegemonia e da incorporação sócio-política da noção de sujeito da psicanálise. O entendimento não se restringe apenas ao que se refere ao escrito ou ao falado, não tendo, pois, uma concepção estritamente lingüística do discurso. Nesta perspectiva, o discurso e o social não se dissociam, porque qualquer ato social é um ato de produção de sentido, estando marcado pelas lógicas de sentido que estruturam a vida social.

O conjunto de normas que estruturam o sentido do social é o que Laclau e Mouffe (1985) definem como discurso. Um elemento que está na base desta perspectiva de análise é que se entende a realidade como discursivamente construída, aonde os discursos não possuem essências inalteráveis. Ao contrário, podem ser constantemente alterados por ações políticas diversas. Para Laclau (2005, p. 68)

O discurso é o terreno primário da constituição da objetividade como tal. Por discurso, como já tentei esclarecer várias vezes, não quero dizer algo que seja essencialmente restrito às áreas da fala e da escrita, mas qualquer complexo de elementos no qual as *relações* cumpram um papel constitutivo. Isto quer dizer que os elementos não preexistem ao complexo relacional, mas se constituem através dele. Assim, “relação” e “objetividade” são sinônimos.



Desse modo, o discurso é entendido como um artefato de construção do social, cuja condição ontológica é a política. Isto implica em considerá-lo como uma forma de ação das pessoas sobre o mundo e sobre os outros, expressando as relações sociais estruturadoras da realidade. Constitui-se, portanto, em ações, seleções, escolhas, linguagens, enfim, todas as produções sociais das quais é expressão, podendo ser um caminho para o entendimento dos sentidos produzidos no “cotidiano”². É compreendido como “um sistema de relações (entre significante e significado, entre linguagem e ação, entre elementos de diferentes outros discursos, etc.)” que contém “uma articulação orgânica entre língua e ato, entre o lingüístico e o extra lingüístico” (BURITY, 2007, p.75).

O foco de análise são as *práticas discursivas* que correspondem a momentos ativos no uso da linguagem, momentos de re-significação, de rupturas, de produção de sentidos e, portanto, de linguagem em ação. Ou seja, como as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais “cotidianas”.

A análise de uma prática discursiva focaliza os processos de produção, consumo e mudança textual, o que exige referência aos ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares nos quais esta prática é gerada. Porquanto,

[...] não há como dissociar o processo de apreensão do real de processos de significação, os quais, por sua vez, implicam tanto em redes argumentativas quanto nas práticas concretas e nas instituições através das quais tais representações podem tornar-se significativas, compartilhadas ou impostas (conforme o façam por via democrática ou autocrática). Enfim, significa admitir uma acepção do termo que indica sua dinamicidade, o jogo das diferenças num sistema que altera os limites de sua própria configuração: **discurso**. (BURITY, 1994, p.149, grifo do autor).

Nesta perspectiva analítica, todas as configurações sociais são significativas e os significados das palavras e práticas dependem do espaço discursivo em que se colocam, espaço este que é construído por práticas

² Cotidiano, neste texto, refere-se a dia a dia e não à teoria do cotidiano desenvolvida por Henri Lefebvre, Agnes Heller e Michel de Certeau, entre outros.



articulatórias próprias. Para Laclau, uma estrutura discursiva não é uma entidade meramente "cognitiva" ou "contemplativa"; é uma *prática articulatória* que constitui e organiza as relações sociais. Uma prática articulatória consiste na “construção de pontos nodais - fixações parciais que limitam o fluxo entre significado e significante” (MOUFFE, 1996, p.103) - que fixam parcialmente o sentido. O caráter parcial dessa fixação procede da abertura do social, resultante, por sua vez, de um constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade” (LACLAU & MOUFFE, 1985, p. 113).

Assim, não existiria uma ordem social como espaço saturado, mas o social estaria atravessado por relações contingentes, não essencialistas, cuja natureza é necessário determinar. O discurso, tomado dessa perspectiva, seria a totalidade estruturada, resultante de práticas articulatórias, que estabelece um tipo peculiar de relação entre seus elementos que provoca modificação na identidade destes, modificações que, por sua vez, resultariam desta própria prática, configurando um movimento dialético.

Como consequência,

[...] la estructura discursiva resulta una práctica articulatória que constituye y organiza a las relaciones e identidades sociales diferenciales sin nunca llegar a lograr una sutura última. Esta imposibilidad de fijación última de sentidos implica que siempre habrá fijaciones parciales y que lo social existe como esfuerzo por producir esse objeto total imposible. (SOUTHWELL, 2013, p. 354).

A hegemonia seria, portanto, o resultado provisório da luta por fixação de significado. Para esta perspectiva de discurso, existem *significados flutuantes* para os quais os diferentes movimentos políticos lutam para fixar significações. Assim, a hegemonia é a consequência de uma luta em um terreno instável, aberto. Conceituar a hegemonia como uma prática discursiva não significa, por conseguinte, reduzi-la às formas linguísticas de produção do consenso, mas reconhecer que as operações envolvidas em uma prática hegemônica têm como condição estar inseridas em redes de significação socialmente compartilhadas.



Assim, quando certos termos são objeto de uma luta ideológica muito forte na sociedade tendem a ser *significantes vazios*: pela pluralidade de conflitos que ocorrem a seu redor não podem ser fixados em uma única articulação discursiva. Um significante é tendencialmente vazio, mas nunca totalmente vazio. A articulação discursiva que se constitui é que vai impor sua definição. Este tipo de relação pela qual um elemento assume em certo momento a função de representação de uma totalidade é o que Laclau denomina de relação hegemônica (SOUTHWELL, 2013). Segundo Fairclough (2001, p.91),

o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significação.

O autor identifica três funções da linguagem e dimensões de sentido que coexistem em todos os discursos. A primeira é a função identitária, que se relaciona aos modos pelos quais as identidades sociais se estabelecem no discurso. A segunda função, a relacional, diz respeito à maneira como as relações sociais entre os participantes de processos discursivos são representadas e negociadas. E, por fim, a função ideacional é referente aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações.

Enquanto prática social, o discurso é tomado como prática política, que transforma, mantém e estabelece as relações de poder e as entidades coletivas em que tais relações se colocam. Há, portanto, uma competição para fixar sentidos, e estes são sempre provisórios, pois sua fixação é contingencial a configurações significativas particulares. Segundo Laclau e Mouffe (1989, p.113),

discursos são estruturas descentradas onde os sentidos são constantemente negociados e construídos. Esta estrutura descentrada, ou 'totalidade' estruturada, ou ainda, discurso, é o resultado de práticas articulatórias estabelecendo relações entre elementos com diferenças não articuladas discursivamente.



Nesta perspectiva, se aceita o caráter contingente da sociedade, essencialmente aberto a todos os seus valores, o que tem como contrapartida o abandono da aspiração de um fundamento único³, como também com seu oposto, “um certo tipo de fragmentação pós-moderna do social, que recusa dar aos fragmentos qualquer tipo de identidade relacional” (MOUFFE, 2003, p. 15). Para os autores, a sociedade é constituída por um modelo em que o poder, a lei e o conhecimento encontram-se expostos a uma indeterminação radical.

Assim compreendidas, toda formação discursiva é um resultado contingente da disputa de diferentes discursos. Para Laclau e Mouffe (1985) a hegemonia é um tipo de relação política estruturada pela noção de articulação. Uma prática hegemônica é uma demanda social particular que transforma seu conteúdo específico em uma fixação parcial de significado ao redor do qual outras demandas sociais são articuladas. Esta transformação de elementos articulatórios implica, conseqüentemente, em luta política.

O que caracterizaria as sociedades contemporâneas seria a multiplicidade de posições de sujeito que constituem um só agente e a possibilidade de se transformarem em foco de antagonismo / agonismos, sendo, assim, politizada⁴. Para a Teoria do Discurso há uma distinção entre agonismo e antagonismo. As relações antagônicas seriam aquelas em que se intenta a eliminação do inimigo. Já as relações de agonismo seriam aquelas em que existe uma disputa por hegemonia entre adversários que se reconhecem enquanto tal, mas que são capazes de estabelecer uma convivência social e política.

³ Que poderia ser a moral ou a razão, como justificam em sua crítica a Habermas. Para Mouffe (1998, p. 14), “su desacuerdo com Habermas nos es político sino teórico. Comparten su compromiso con la política democrática, pero consideran que la democracia no necesita fundamentos filosóficos y que no es através de um basamento racional como pueden fundamentarse sus instituciones”.

⁴ Mouffe (2003, p. 15) distingue o político da política. “Por ‘político’ refiro-me à dimensão do antagonismo que é inerente a todas as sociedades humanas, antagonismo que pode assumir formas muito diferentes e emergir em relações sociais diversas. ‘Política’, por outro lado, refere-se ao conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre potencialmente conflituosas porque afetadas pela dimensão do político”.



Para compreender a dimensão dessas novas lutas e a diversidade das relações sociais que se colocam na contemporaneidade é indispensável pensar o sujeito como um agente descentrado, constituído no ponto de interseção de uma multiplicidade de posições subjetivas. Assim, não existe uma posição identitária prioritária e o movimento de articulação é resultado de práticas hegemônicas, que são contingentes, constituindo-se em uma “ponte” entre a indecibilidade e a decisão.

Segundo Laclau e Mouffe (1985), o campo geral da hegemonia é o das práticas articulatórias, onde os elementos não têm significados fixos, mas contingentes, que são dados através das relações sociais, que se constituem no campo da discursividade, instituindo, assim, pontos nodais, que fixam parcialmente o sentido do social em um sistema organizado de diferenças. A hegemonia é, portanto, um tipo de relação política e não um lugar determinável da topografia do social.

Nenhuma identidade, dessa forma, é definitivamente estabelecida, emergindo, assim, novas perspectivas de ação política que nem o liberalismo, com sua ideia de indivíduo que busca o seu próprio interesse, nem o marxismo, com a redução de todas as posições à posição de classe, puderam consolidar. Entender a hegemonia como prática dá, portanto, “uma nova luz” ao processo pelo qual as identidades sociais são construídas (SOUTHWELL, 2013).

Para Laclau e Mouffe, todas as identidades são relacionais e a condição de existência de uma identidade passaria pela delimitação de um outro, que desempenhará o papel de elemento externo constitutivo. O que estaria em causa seria a criação do “nós” pela delimitação do “eles”. O que caracterizaria esta relação como política seria a oposição amigo / inimigo, que aconteceria quando o outro é compreendido como a negação de nossa própria identidade. A manutenção da ordem democrática pluralista implicaria, portanto, na consideração do opositor não como um inimigo a destruir, mas como um adversário cuja existência é legítima e tem de ser reconhecida.

A política é, para os autores, uma categoria ontológica, o que implica na definição de todo sujeito como político. A transformação social se realiza, assim, por lutas políticas e não por uma auto transformação de caráter objetivo.



Toda construção política tem sempre lugar contra um conjunto de práticas sedimentadas e o campo do social poderia ser visto como uma disputa entre diferentes projetos que tentam fixar significados em torno de um *ponto nodal*⁵, tornando-se, dessa forma, hegemônico.

Há, desta forma, a desistência tanto do universalismo abstrato do iluminismo quanto da indiferenciação da natureza humana, na medida em que os novos direitos hoje reclamados são expressões da diferença. Dessa forma, a renúncia à categoria de sujeito como entidade unitária, transparente e suturada abre caminhos para o reconhecimento dos agonismos constituídos na base de diferentes posições de sujeitos. Assim, é necessário que reconheçamos a diferença (o particular, o múltiplo, o heterogêneo), que fora eliminada no conceito abstrato de homem, e particularizar o universalismo, desenvolvendo um novo tipo de articulação entre o particular e o universal.

Na teoria do discurso trabalha-se, preferencialmente, com a noção de *posição de sujeito*, a partir da compreensão de que toda identidade dada é um efeito de relações diferenciais e contingentes. As identidades e os valores se constituem em referência a algo fora do eu, cujo caráter de “lado subversivo” impede a possibilidade de sua fixação última (TORFING, 1999). A identificação é estruturada ao redor da aceitação desta falta constitutiva e a realidade é simbolicamente construída e articulada pela linguagem. A posição de sujeito é caracterizada por seu lugar no mundo simbólico. O indivíduo busca identidades subjetivas em sua identificação com os objetos, no entanto toda identificação é incapaz de oferecer esta ilusão de completude (SOUTHWELL, 2013).

Dessa forma, o “nós” se constrói a partir da diversidade dos movimentos sociais, por meio de uma cadeia de equivalência entre as exigências particulares, não se tratando de estabelecer alianças entre diferentes interesses, mas de modificar a identidade destas forças⁶. É necessária a decomposição das identidades para o reconhecimento de vários direitos novos, em que as demandas dos diversos grupos sociais sejam articuladas

⁵ Fixações parciais que limitam o fluxo do significado sobre o significante. (MOUFFE, 1996, p. 103).

⁶ Ver Mouffe (1996, p. 34).



equivalencialmente com a dos outros. As identidades sociais estão sujeitas ao deslocamento do social e a serem rearticuladas através das lutas hegemônicas.

Esta perspectiva de discurso abre a possibilidade para reativação da origem política contingente do que é fixado e objetivamente apresentado, abrindo espaço para novos antagonismos e fixação de novos conteúdos e formas que não se colocavam até então, tornando possível, assim, a articulação de uma multiplicidade de discursos concorrentes e, conseqüentemente, da transformação dos agentes e práticas sociais. Assim, a prática de articulação, como deslocamento / fixação de um sistema de diferenças penetra a densidade inteiramente material da multiplicidade de instituições, rituais e práticas através das quais uma estrutura discursiva é estruturada (LACLAU, 1985). Dessa forma, a prática discursiva tanto pode contribuir para a reprodução da sociedade, como para sua transformação.

À medida que os produtores e os intérpretes combinam convenções discursivas, códigos e elementos de maneira nova em eventos discursivos inovadores estão, sem dúvida, produzindo cumulativamente mudanças estruturais nas ordens de discurso: estão desarticulando ordens de discurso existentes e rearticulando novas ordens de discurso, novas hegemonias discursivas. Tais mudanças estruturais podem afetar apenas a ordem de discurso 'local' de uma instituição, ou podem transcender as instituições e afetar a ordem de discurso societária. O foco de atenção na investigação da mudança discursiva deveria manter a alternância entre o evento discursivo e tais mudanças estruturais, porque não é possível avaliar a importância do primeiro para os processos mais amplos de mudança social sem considerar as últimas, da mesma forma que não é possível avaliar a contribuição do discurso para a mudança social sem considerar o primeiro. (FAIRCLOUGH, 2001, p.128).

Como aponta Southwell (2013), um dos objetivos desta abordagem seria, portanto, analisar as condições que possibilitam lutas hegemônicas como resultado de processos políticos que tramitam no campo da educação. Especificamente na investigação da política educacional a teoria do discurso pode nos ajudar a compreendê-la enquanto uma prática articulatória, na qual se estabelece uma luta hegemônica pela fixação de significados, permitindo, assim, a construção de certos textos.



A análise crítica do discurso na pesquisa sobre política educacional

Quando nos referimos à Política Educacional, estamos tratando de ideias e de ações governamentais, reconhecendo que a análise de política pública é, por definição, estudar o *Estado em ação* (AZEVEDO, 2001; SOUZA, 2003). As políticas educacionais, nessa perspectiva, expressam a multiplicidade e a diversidade da Política Educacional⁷ em um dado momento histórico. Nesse movimento, as políticas que expressam as pretensões dos diversos grupos que constituem o Poder Público se materializam na gestão ao serem convertidas em ações estatais⁸. Com efeito, “no plano mais concreto dos sistemas educacionais que é o campo das instituições e dos poderes mediados por elas, as políticas contribuem tanto a reproduzir uma ordem estabelecida, quanto a transformá-la” (VIEIRA, 2007, p.56).

A concepção de Estado em ação compreende campos discursivos em que o processo de definição e execução das políticas públicas perpassa a tensão inerente às relações entre as instâncias de representação da sociedade civil e os representantes do Estado governista, ainda que muitas vezes se tenda a tomar ‘o governo’ como única instância de formulação de políticas. Concebe-se, portanto, o Estado como campo de disputas, próprio de uma correlação de forças que rivalizam propósitos e estratégias no que se refere à elaboração e à implementação de respostas às demandas sociais. Nesse sentido, a relação entre campo discursivo e campo de poder é aqui referida com a intenção de situar o debate sobre o processo de definição das políticas

⁷ A Política Educacional (assim, em maiúsculas) é a Ciência Política em sua aplicação ao caso concreto da educação, porém as ‘políticas educacionais’ (agora no plural e em minúsculas) são múltiplas, diversas e alternativas. A Política Educacional é, portanto, a reflexão teórica sobre as políticas educacionais [...] se há de considerar a Política Educacional como uma aplicação da Ciência Política ao estudo do setor educacional e, por sua parte, as políticas educacionais como políticas públicas que se dirigem a resolver questões educacionais (PEDRO; PUIG, 1998, grifos nossos).

⁸ Conforme nos ensina Vieira (2007), a gestão pública é integrada por três dimensões, são elas: o valor público, as condições de implementação e as condições políticas. O valor público, como a própria expressão revela, dá conta da intencionalidade das políticas [...] As outras duas dimensões referem-se tanto a exigência de viabilidade das intenções de qualquer gestor ou gestora (condições de implementação) quanto de sua aceitação (condições políticas).



públicas para o campo educacional como espaço estruturado de posições, no qual coexistem lutas entre os diferentes agentes que ocupam posições diversificadas.

Por conseguinte, o movimento de análise das políticas públicas “implica considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que têm nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente” (AZEVEDO, 2001, p.5). Sob esse ponto de vista, a análise das políticas educacionais requer o esforço por transcender o estudo das ações que emanam do Poder Público em suas diferentes esferas (União, Estados, Municípios). Esta deve apreender seus nexos com o contexto em que elas se forjam e compreender como as ideias se materializam em ações, traduzindo-se, ou não, na gestão educacional. (DOURADO, 2007; VIEIRA, 2007).

Partindo desse entendimento, consideramos que o foco da análise de políticas deve incidir sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa que os sujeitos sociais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática. Isso envolve, conforme afirma Mainardes (2006, p.50), “identificar processos de resistência, acomodações, subterfúgios e conformismo dentro e entre as arenas da prática e o delineamento de conflitos e disparidades entre os discursos nessas arenas”.

Esse olhar sobre a arena onde as políticas educacionais são concebidas, inscritas textualmente e implementadas perpassa o cerne da argumentação desenvolvida nesta parte do texto. Nesse sentido, ao chamarmos a atenção para as possíveis contribuições da análise crítica do discurso ao estudo da política educacional, buscamos enfatizar uma determinada concepção teórico-metodológica de interpretação de dados coletados por meio de instrumentos preponderantemente utilizados em pesquisas desenvolvidas no campo educacional.

Cabe realçar que a perspectiva de análise do discurso que estamos explicitando contempla, além de descrição, interpretação e compreensão do discurso como texto, também, e no mesmo grau de importância, a atribuição de sentidos ao discurso a partir do contexto histórico e das relações sociais em



que este é produzido, distribuído e consumido. Nesse sentido, concebemos, assim como Laclau e Mouffe (1989), o discurso como resultado de uma permanente negociação e construção de sentidos, decorrentes de estruturas descentradas. Com efeito, essa estrutura, ou totalidade estruturada, é o resultado de práticas articulatórias estabelecendo relações entre elementos com diferenças não articuladas discursivamente.

Corroborando esse entendimento, Fairclough (2001) considera que diferentes discursos se combinam em condições sociais particulares para produzir um novo e complexo discurso. É por considerar elementos que não advêm de um único centro, mas de *estruturas descentradas*, que se pode ter por perspectiva a constituição do discurso como mecanismo capaz de viabilizar o processo de mudança sócio-histórica.

A concepção de discurso e a abordagem analítica proposta por Fairclough têm grande pertinência e contribuição teórico-metodológica para levar a efeito a perspectiva de análise de políticas educacionais que estamos explicitando. Para o autor, a análise do discurso perpassa três dimensões, simultaneamente: texto, prática discursiva e prática social. A dimensão do 'texto' cuida da análise linguística de textos. A dimensão da 'prática discursiva' especifica a natureza dos processos de produção e interpretação textual. A dimensão de 'prática social' cuida de questões de interesses na análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo.

Fairclough (2001) esclarece que a análise textual pode ser organizada em quatro itens: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Do ponto de vista didático, esses itens podem ser imaginados em escala ascendente nas análises desenvolvidas pelo autor. Não obstante, o que constitui a coerência do *texto* diz respeito à convergência de sentido com que as suas partes constituintes (episódios, frases) são relacionadas, de forma que o texto como um todo faça sentido. Entretanto, conforme observação do autor, "um texto só faz sentido para alguém que nele vê sentido, alguém que é capaz de inferir essas relações de sentido na ausência de marcadores explícitos" (FAIRCLOUGH, 2001, p.113).



Esse caráter de interpretação do texto é também extensivo à segunda dimensão da análise proposta por Fairclough – *a prática discursiva*. A ênfase aqui é empreendida sobre os elementos que permeiam a constituição do discurso em análise. Para o autor,

os processos de produção e interpretação são socialmente restringidos num sentido duplo. Primeiro pelos recursos disponíveis dos membros, que são estruturas sociais, normas e convenções, convenções para a produção. Segundo, pela natureza específica da prática social da qual fazem parte, que determina os elementos dos recursos dos membros a que recorre e como a eles se recorre (FAIRCLOUGH, 2001, p.109).

Pode-se inferir que os dois sentidos a que Fairclough (2001) faz menção no processo de produção e reprodução do discurso por meio das práticas discursivas levam em consideração a apreensão do lugar de fala dos sujeitos produtores do discurso, evidenciando aspectos como: conteúdo em discussão, vinculação institucional, experiências culturais acumuladas, e motivações político-ideológicas que permeiam o campo cujos limites afloram os acontecimentos discursivos.

Desta feita, a análise do discurso a ser desenvolvida no campo educacional, considerando o conjunto dos recursos (depoimentos de sujeitos sociais, legislação educacional, planos educacionais, projetos institucionais, dados estatísticos, entre outros) que norteiam as suas diretrizes políticas, exige tanto a descrição do vocabulário, da gramática, da coesão e da estrutura textual, quanto a interpretação dos enunciados que compõem a prática discursiva dos sujeitos. Sobre esta matéria, faz-se pertinente a atenção a aspectos como a ênfase atribuída a determinados termos, a repetição de expressões, as omissões, a iniciativa de acréscimo ao que se tem registrado num texto primeiro, as vinculações produzidas entre o conteúdo da política e as aspirações ideológicas do lugar a partir do qual se pretende inscrever determinada proposição discursiva.

Ao proceder às interpretações das práticas discursivas, objetiva-se o reconhecimento de que os significados que o discurso constitui e pelos quais é constituído transcendem o “valor limitado” pela qual uma língua pode ser



concebida quando atrelada estritamente a um vocabulário documentado. O que queremos dizer é que a significação das palavras justifica-se fortemente pelas vinculações sociais e institucionais que já apontamos. Há um vocabulário utilizado, por exemplo, na elaboração das políticas educacionais, que, se por um lado facilita a comunicação de parte dos sujeitos envolvidos nos sistemas de educação, por outro lado, restringe a interação daqueles indivíduos que não o dominam.

O movimento de análise no âmbito da prática discursiva deve ser realizado considerando-se duas categorias fundamentais: a *interdiscursividade* e a *intertextualidade*. Fairclough (2001, p. 67) conceitua a interdiscursividade como sendo “a relação de um discurso com outros, sendo foco nesse momento da análise, a articulação entre os discursos analisados, uma vez que todo discurso tem a propriedade de estar relacionado a outros discursos”. Assim, vemos que, nessa dimensão, é também relevante para o analista de discurso a apreensão de significados a partir da análise dos acontecimentos discursivos que se reportam a diferentes discursos que se inter-relacionam no campo.

Por outro lado, a questão da intertextualidade refere-se, especialmente, ao fato de que a constituição de novos textos incorpora elementos de textos anteriores, assim como corrobora a reestruturação dos já existentes. A intertextualidade, portanto, é a propriedade que têm os textos de serem cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados, e nesse processo analítico, deve-se estabelecer como estratégia da abordagem a identificação desses textos, buscando apreender as conexões textuais com que o discurso estabelece vínculos.

Por fim, apresentamos a terceira dimensão da análise: a *prática social*. As implicações que destacamos na produção do discurso (as práticas discursivas) não são aqui concebidas como oposição à prática social. Pelo contrário, entendemos que no processo de interpretação do discurso perpassam, indubitavelmente, elementos constitutivos das práticas sociais, econômicas, políticas, culturais e ideológicas, que são manifestos por meio das práticas discursivas.



Por meio desse recurso procura-se apreender o rebatimento das práticas discursivas no social, na perspectiva de identificar as relações hegemônicas e ideológicas que permeiam o campo discursivo em foco. A nosso ver, as implicações ideológicas devem ser averiguadas a partir da concepção dialética, admitindo-se que suas consequências tanto contribuem para a reprodução da estrutura social, como permitem a transformação das relações de dominação. Daí a pertinência da assertiva de Fairclough (2001, p.117), segundo a qual

as ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o *status* de “senso comum”, mas essa propriedade estável e estabelecida das ideologias não deve ser muito enfatizada, porque a “transformação” aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas.

Essa consideração do autor evidencia, ao mesmo tempo, a força com que as ideologias podem induzir determinados posicionamentos dos sujeitos nas práticas discursivas, mas também realça a possibilidade de *luta ideológica* enquanto contraponto à situação de determinismo com que as relações de dominação por vezes são retratadas. O dinamismo que se constata nas implicações ideológicas sobre os acontecimentos discursivos demarca a condição de produção e consumo do discurso como campo de disputa pela hegemonia do que se pretende validar na comunicação. Este juízo suscita a discussão acerca dos aspectos que legitimam ou interditam os argumentos que se apresentam à arena do discurso.

Entendemos que esta concepção e perspectiva de análise de discurso harmoniza-se com a própria dinâmica que se constata no âmbito da produção e difusão da Política Educacional em seus diversos contextos de referência. Trata-se de um trabalho de resgate da historicidade inerente aos trâmites que se seguem até que a política seja oficializada mediante sua inscrição documental. Nesse movimento, o pesquisador desenvolve o trabalho de análise do discurso, tomando por base elementos que indicamos como preponderantes para a perspectiva de interpretação dos dados aqui defendida, a saber, o contexto de produção do discurso, o público a que se destina, os



impactos que uma determinada prática discursiva pode provocar no processo de reprodução e de mudança social.

Pode-se perceber tal processo, por exemplo, nos ciclos de proposição, elaboração e implementação da Política Educacional. Neste caso, há de se convir que os grupos de interesse que disputam a hegemonia quanto à definição das prioridades da ação estatal na educação e dos meios de operacionalizá-los dão realce às demandas desse campo em conformidade com o modo como interpretam a conjuntura social, assim como as pretensões ideológicas que permeiam as suas posições.

O esforço por atender às exigências de uma determinada “ordem do discurso” corresponde, desta feita, ao poder pelo qual se luta e se quer apoderar através da boa receptividade da mensagem que se busca difundir como objetiva. Neste caso, as implicações não são decorrentes apenas do lugar de onde se fala, mas também do lugar que se pretende atingir.

O *mix* de desejo e perigo com que a ‘ordem do discurso’ é constituída, por vezes realçada por Foucault (2006), expõe, por um lado, a aspiração dos sujeitos para que os interlocutores, os conteúdos e os contextos sejam os mais transparentes possíveis; por outro lado, a constatação de que os riscos aos que compartilham deste campo são inevitáveis, justamente pela obscuridade de seus elementos constitutivos. É por essa razão que Foucault (2006, p.10) supõe que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório”.

Chama-se a atenção aqui para as particularidades dos procedimentos que delimitam a produção do discurso. Dentre eles, tem-se a exclusão/interdição como o mais evidente, o que significa dizer que cada sujeito modela sua participação no discurso em conformidade com os interesses e as exigências político-sociais que lhes solicitam a manifestação de pontos de vista. Esse esforço revela, sobretudo, a necessidade de os sujeitos observarem as interdições como forma de inserirem-se na ordem do discurso



e, dentro desta, articular enunciados no objetivo de tornarem-se hegemônicos diante dos outros.

A interdição é também uma condição imposta aos textos construídos na forma de documento, tratando-se de um importante procedimento de exclusão sobre o que é possível se dizer, de que forma, mediante quais opções vocabulares e em atenção a certos contextos de referência. É propriamente em função desta influência relativa à conjugação dos contextos do autor⁹ e dos destinatários que a produção de um documento segue os rigores da revisão em suas diversas dimensões, para que, em alguns casos, seja possível higienizar a pesada realidade dos fatos.

Diante de tal premissa, a análise de discurso que ora apresentamos leva em consideração a possibilidade de compreendermos o discurso em sua inserção histórica, sem com isso ter que recorrer às diligências confidenciais dos sujeitos, mediante o exercício de conjecturas. Trata-se de uma perspectiva de análise em que se exploram os recursos que constituem o discurso, atribuindo-se ênfase investigativa às regras de sua formação.

Concebe-se, portanto, a possibilidade de compreendermos o discurso sem a pretensão de desvelar os segredos ocultos dos locutores através de presunções sobre o que tal ou qual sujeito quis dizer, mas que não está claro na sua exposição, ou ainda, o que é possível revelar do que um determinado locutor pretende omitir. Foucault nos convida a um exercício de análise em que se pretende inferir correlações de que são suscetíveis os enunciados que constituem o discurso em análise. Isto significa

[...] não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2007, p.55).

⁹ O autor não é concebido como indivíduo falante que pronunciou ou escreveu o texto, mas o autor como “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (FOUCAULT, 2006, p. 26).



O discurso é aqui referido como construto que incorpora, além de signos que permitem sua decodificação, elementos constituídos e constituintes das práticas exercidas nos momentos de sua exteriorização. Por conseguinte, sua interpretação exige tanto a descrição do vocabulário, da gramática, da coesão e da estrutura textual, quanto a caracterização dos recursos que constroem e /ou ressignificam as práticas discursivas dos sujeitos sociais. Desta feita, acredita-se que os significados que cada sujeito constrói transcendem o “valor limitado” em que uma língua pode ser concebida quando atrelada estritamente a um vocabulário documentado.

O que queremos dizer é que a significação dos textos impressos ou oralmente produzidos ampara-se nas vinculações sociais e institucionais de quem o produz (econômica, política, cultural e ideológica), as quais, quando examinadas, certamente, permitem a constatação de aspectos relevantes e potencialmente capazes de dar significados ao discurso. Nesse sentido, a afirmação que inferimos do autor nos desperta a atenção para o entendimento do processo de produção, circulação e apropriação do discurso na gestão das políticas públicas como *práticas que formam sistematicamente os objetos de que falamos*¹⁰.

Assim, faz-se necessário examinarmos o discurso, procurando situá-lo nos contextos social, político e econômico de seu autor. Portanto, deve-se atentar para o exame das formações discursivas a partir da interpretação dos recursos (conhecimento sobre o conteúdo em discussão; vinculação institucional; experiências culturais acumuladas; motivações político-ideológicas) que cada sujeito mobiliza durante o processo de constituição do discurso.

¹⁰ Os objetos do discurso são constituídos e transformados em discurso. Por objetos, Foucault entende as entidades que as disciplinas particulares ou as ciências reconhecem dentro de seus campos de interesses. (FAIRCLOUGH, 2001).



Considerações finais

Propusemo-nos, neste trabalho, a discutir as contribuições da análise discursiva para a pesquisa em políticas educacionais. Procuramos atribuir ênfase a duas perspectiva de interpretação nas quais se reconhece a igualdade de importância entre os aspectos gráficos do texto e a (res)significação do discurso nas práticas sociais. Nestas abordagens teóricas não encontramos uma perspectiva linguística de discurso. Para elas, qualquer ato social é um ato de produção de sentido e, portanto, discursivo. Nestas perspectivas, as lógicas de produção de sentido estruturam a vida social. A tarefa do analista é, dessa forma, reconstruir a lógica de sentido através da qual o social vai se configurando.

Como indicado na introdução deste texto, nos apoiamos na abordagem cognitiva das políticas cuja maior riqueza, de acordo com Azevedo (1997), é considerar a dimensão ideológica que envolve o estudo de políticas públicas. Assim, deve-se considerar que os diferentes grupos sociais irão lutar para que suas demandas sejam inscritas nas agendas dos governos. É neste aspecto que as perspectivas discursivas apresentadas neste texto podem contribuir no estudo das políticas educacionais.

Deve-se considerar, assim, que a política educacional não está sujeita a sobredeterminações contra as quais não há nada a fazer. O campo da política educacional é eminentemente um campo de disputas, de lutas hegemônicas, de práticas articulatórias. É, portanto, um “terreno” não suturado, mas atravessado por relações contingentes, cuja a natureza a análise discursiva pode ajudar a investigar. Desse modo, o estudo da política educacional em uma perspectiva discursiva deve buscar analisar as lutas hegemônicas que resultam das disputas pela fixação de sentidos no campo da política educacional.

Referências

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.



BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com imagem texto e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BURITY, J. Transbordamento do social: qual o jogo da democracia? In: SANTOS, R.; CUNHA, R.; COSTA, L. F. (Orgs.). **Contemporaneidade e política**. Rio de Janeiro: Sociedade do Livro; Instituto Astrogildo Pereira, 1994. p. 137-158.

BURITY, J. Teoria do discurso e Análise do Discurso: sobre política e método. In: WEBER, S.; LEITHÄUSER, T. (Orgs.) **Métodos qualitativos nas Ciências Sociais e na prática social**. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2007. p.72-83.

BURITY, J. Teoria do discurso e educação: reconstruindo o vínculo entre cultura e política. **Revista Teias**, v. 1, n. 22, p. 07-29, maio/ago. 2010.

DOURADO, L. F. Plano Nacional de educação: avaliações e retomada do protagonismo da sociedade civil organizada na luta pela educação. In: FERREIRA, N. S. Carapeto (Org.). **Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises**. Brasília: Líber Livro, 2007.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 13. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GOLD, R. Roles in sociological field observations. **Social Forces**, n. 36, p.217-223, mar. 1958.

LACLAU, E. ; MOUFFE, C. **Hegemony and socialist strategy**. London: Verso, 1985.

LACLAU, E. ; MOUFFE, C. Os novos movimentos sociais e a pluralidade social. **RBCS**, v. 1, n.2, p. 41-47, out. 1986.

LACLAU, E. ; MOUFFE, C. **Hegemony & socialist strategy: towards a radical democratic politics**. London and New York: Verso, 1989.

LACLAU, E. ; MOUFFE, C. ; BASKHAR, Roy. Discourse theory vs. Critical realism. **Aletheia**, v.1, n. 2, 2003.

LACLAU, E. ; MOUFFE, C. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2005.



LOPES, A.; MACEDO, E. Contribuições de Stephen Ball para o estudo de políticas de currículo. In: BALL, S.; MAINARDES, J. (Orgs.) **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, 2006, v. 27, n. 94.

MOUFFE, C. **O regresso do político**. Lisboa: Gradiva, 1996.

MOUFFE, C. Desconstrucción, pragmatismo y la política de la democracia. In: MOUFFE, C. (Comp.). **Desconstrucción y pragmatismo**. Buenos Aires: Paidós, 1998. p.45-85.

MOUFFE, C. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política e Sociedade**. Florianópolis: Programa de Pós Graduação em Sociologia Política - UFSC. v. 1. n. 3. p. 11-26. out. 2003.

MULLER, P.; SUREL, P. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: EDUCAT, 2002.

PEDRO, F.; PUIG, I. **Las reformas educativas: uma perspectiva política y comparada**. Barcelona: Paidós, 1998.

SOUTHWELL, M. Análisis político del discurso: posiciones y significaciones para la política educative. In: TELLO, C. (Coord. y Comp.). **Epistemología de la política educativa: posicionamientos, perspectivas y enfoques**. Campinas: Mercado da Letras, 2013.

SOUZA, D. B.; FARIA, L. C. M. O processo de construção da Educação Municipal. In: SOUZA, D. B.; FARIA, L. C. M. (Orgs.). **Desafios da educação municipal**. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2003. p. 107-122.

TORFING, J. **New theories of discourse: Laclau, Mouffe e Zizek**. Oxford: Blackwell, 1999.

VIEIRA, S. L. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 23, n. 01, p. 53-69, jan./abr. 2007.